

POLÍTICAS E CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO DAS ORDENS RELIGIOSAS NO ESPAÇO URBANO E ENVOLVENTE DÁ CIDADE DE ÉVORA DO LIBERALISMO À ATUALIDADE

Elsa Caeiro

Arquiteta, Direção Regional de Cultura do Alentejo, Évora, Portugal
elsa-caeiro@clix.pt

RESUMO

Os conventos do termo de Évora refletem, quer pela sua concentração, importância e riqueza, quer pela diversidade de utilizações posteriores ao seu encerramento, uma época que altera, nesta cidade, a zona urbana consolidada. A partir de meados do século XIX, são ocupados com novos equipamentos, verificando-se, nalguns casos, a sua demolição e a recente construção nas antigas cercas conventuais. Reflete pois este artigo que a dinâmica iniciada em 1834 se tem prolongado ao longo dos anos, prevalecendo até à atualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Conventos | Évora | Desamortização | Mosteiro | Património

ABSTRACT

The convents of the archdiocese of Évora reflect, on the one hand due to their concentration, importance and wealth, and on the other hand due to the diversity of their post-closure uses, an era that changed the consolidated urban area of this city. From the mid-nineteenth century on they are occupied with new facilities, and, in some cases, we witness their demolition and the later building construction in the old convents' enclosures. This article reflects that the dynamics which started in 1834 has been extended over the years, and prevails to the present day.

KEYWORDS

Convents | Évora | Disentailment | Monastery | Heritage

O processo de extinção das ordens religiosas inicia-se em Évora em 1759, com ao encerramento do Colégio do Espírito Santo, na sequência da expulsão da Companhia de Jesus, o que ocasiona importantes alterações na vida religiosa e estudantil da cidade, devido ao posterior encerramento de diversos estabelecimentos de ensino dependentes desta instituição.

Em finais do século XVIII encontram-se em funcionamento nesta cidade dezanove casas conventuais, onze masculinas e oito femininas, algumas com uma certa pujança e proprietárias de grandes terrenos agrícolas, outras em franco declínio. Destas, cinco localizam-se no exterior da Cerca Nova e uma, Valverde, a cerca de quinze quilómetros da distância, encontrando-se as restantes integradas no núcleo urbano.

As invasões francesas e a consequente onda de destruição que provocam, e posteriormente, a revolução liberal alteram significativamente a organização interna da urbe. Esta evolução culmina com o movimento de extinção das ordens religiosas, que liberta, no interior da Cerca Nova, cerca de um terço da sua área total, o que modifica globalmente a sua morfologia e organização interna, permitindo a introdução de uma série de equipamentos, de iniciativa pública e privada, necessários à modernização urbana que ocorre em toda a Europa do século XIX.

Numa primeira fase assiste-se à ocupação sistemática por unidades do exército dos edifícios deixados vagos pela desamortização. Noutros casos os estabelecimentos são entregues a instituições de assistência e ensino, demolidos, parcialmente ou integralmente, ou vendidos a particulares.

A transformação da cidade neste século também é motivada pelo gosto e necessidades da nova classe burguesa ascendente, e pelo crescente interesse da sociedade civil pelo bens / vestígios patrimoniais em presença, cujo exemplo mais paradigmático conduz à desobstrução do Templo Romano, surgindo gradualmente novas formas de intervenção e preservação nos edifícios considerados "históricos".

Os imóveis conventuais masculinos são imediatamente colocados à venda, em hasta pública, com a expectativa de entrada de dinheiro e bens no erário público; estas vendas, a maioria das quais realizadas ao desbarate, não atingem as expectativas dos governantes e transitam para a grande burguesia

emergente, ávida de terras, com as quais consolidam a sua posição social originando grandes latifúndios. Os bens móveis aí existentes, tais como alfaias, paramentos, talhas e mesmo cadeirais ou altares que servissem ao culto secular são distribuídos pelas igrejas paroquiais, após uma primeira recolha de bens, que integram os acervos dos museus então em formação.

O **Convento de São Francisco** é entregue à Autarquia, reabrindo, em 1840 a igreja ao culto, como sede da Paróquia de São Pedro. Em 1838 a zona conventual, que englobava o antigo paço real, é colocada em hasta pública e o piso superior do claustro é demolido em 1859, assim como parte do edificado. Na zona da cerca constrói-se o mercado, o Passeio Público e uma praça, e o restante quarteirão é vendido a um particular em 1882, o qual inicia o restauro da igreja e constrói um quarteirão de habitação que ocupa todo o quarteirão, adossado à igreja e Capela dos Ossos. Neste período é também demolida a torre remate do aqueduto da Água da Prata e respetivo ramal, o que motiva acesa polémica, denunciada, como um grave atentado ao património, num jornal inglês.

Em 1836 inicia-se a demolição do **Convento de São Domingos**, prevista no plano de arranjo de uma praça pública, sendo o **Convento dos Lóios** devolvido à Casa Cadaval. A **Igreja da Graça** é ocupada imediatamente por uma escola primária e, posteriormente entregue ao Ministério da Guerra. Na cerca dos **Remédios** instala-se em 1839 o Cemitério Público, e o **Convento do Carmo** é reintegrado nos bens da Casa de Bragança e posteriormente vendido à família Eugénio de Almeida.

A área conventual das **Mercês** é imediatamente vendida a entidades privadas, o que provoca o seu total desmembramento, assim como o do **Espinheiro**, transformado em sede de uma exploração agrícola e casa de habitação. **Valverde** é entregue à Fazenda Pública, **Santo António** é ocupado durante uns tempos como cemitério público e é posteriormente vendido a um particular que adapta o espaço a quinta de recreio e no **Convento da Cartuxa** instala-se uma Escola Agrícola Regional, entre 1852 e 1871, data em que é vendido a José Maria Eugénio de Almeida.

Nestes conjuntos, e após o seu desmembramento, sobretudo nos vendidos a particulares ou demolidos, o seu património arquitetónico e integrado é alienado, salientando-se, entre outros, o caso de São Domingos,

do qual se encontram numerosos vestígios, alguns monumentais, inseridos em imóveis da cidade, tais como um portal proveniente do Espinheiro, colocado num palácio construído no final do século, bibliotecas que desaparecem, como a da Cartuxa ou do Calvário (esta nos anos 40 do século XX), objetos em talha, cadeirais e painéis azulejares que se observam nas fotografias da época.

Os conventos femininos encerram gradualmente, realizando-se a partir de 1857, os inventários (Autos de Avaliação e Descrição) dos seus bens patrimoniais, que permitem uma avaliação do estado das instalações, e bens integrados. Esta decisão advém do fato de se verificar que, quando da extinção abrupta das instituições masculinas, ocorre uma dispersão significativa dos bens aí existentes, sendo impossível de avaliar a dimensão das perdas então sofridas por parte do Estado. Estes arrolamentos são realizados por autoridades locais, com os estabelecimentos ainda em funcionamento sendo posteriormente as peças mais valiosas integradas em contexto museológico, entregues às dioceses, leiloadas ou vendidas.

O **Convento de Santa Mónica** é o primeiro a ser extinto, em 1881, seguindo-se **Santa Catarina** em 1882, **Salvador e Convento Novo** em 1886, **Calvário** em 1889, **São Bento** em 1890, **Paraíso** em 1897 e **Santa Clara** em 1903. No entanto, e dando resposta a apelos veementes de grandes personalidades da época, que se interrogam sobre o destino a dar às habitantes destes espaços, o convento do Calvário não encerra, recolhendo parte desta população abandonada, o que motiva a sua continuidade temporal até ao início do século XXI.

Em 1900 incida-se a demolição do **Convento do Paraíso** e, em 1902, a de **Santa Catarina**, justificadas pelo do estado de conservação lamentável em que se encontram e pela necessidade de solucionar a grave crise de desemprego no setor da construção civil e da indústria corticeira, seguindo-se, em 1916, a demolição parcial de **Santa Mónica** (igreja e piso superior do claustro) e a partir de 1940 a demolição da zona conventual do **Salvador**.

Desde o início do século, um dos aspetos que caracteriza a evolução urbana é a atenção crescente

ao património construído, datando de 1908/1910 as primeiras classificações de edifícios como Monumentos Nacionais¹; os edifícios não classificados continuam a degradar-se ou a desaparecer, o que merece, por parte da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 1911, uma chamada de atenção para este fato.

Este processo de transformação, do qual resulta a cidade que hoje temos e vivemos é atenuado com o surgimento dos primeiros grupos de proteção do património. A necessidade de construção de espaços públicos e equipamentos continua a fazer-se sentir, assistindo-se gradualmente ao retirar das unidades militares dos edifícios do centro histórico, desocupando espaços monásticos, que se encontram então num estado lastimoso.

Alguns edifícios são intervencionados de forma sistemática pelo poder público, conservando ainda uma imagem global que preserva a sua memória histórica, adaptando-se os imóveis às novas funções requeridas, que por vezes apresentam programas difíceis de introduzir nas estruturas existentes.

Todos estes espaços são, no entanto, profundamente alterados nos últimos cento e cinquenta anos, não se pretendendo que qualquer deles se mantenha intacto e na sua forma primitiva, observando-se, em praticamente todos, a reedificação de novos corpos, reconstruídos e ampliados após derrocadas parciais, e a adaptação dos espaços existentes às necessidades entretanto surgidas.

Os restantes conjuntos conventuais são compartimentados e retalhados, continuando a cidade o seu crescimento no interior do centro histórico já de si densificado, ocupando os últimos espaços livres, partes das antigas cercas conventuais, nos finais do século XX. Das iniciativas recentes salientam-se as seguintes alterações e intervenções:

São Francisco: com intervenções na igreja desde o final do século XIX, esta é considerada como um dos expoentes da arquitetura gótica e medievale portuguesa, sendo um marco urbano, espaço de referência de celebrações litúrgicas no meio religioso da cidade. Sendo um dos edifícios mais visitados de Évora, pois integra no seu espaço a Capela dos

1. Sé, Palácio D. Manuel, S. Francisco, Templo Romano, Arco de Santa Isabel, Chafariz da Praça do Giraldo, Frontaria da Igreja da Graça, Ermida de São Braz, Casa de Garcia de Rezende, Aqueduto da Água da Prata e Igreja dos Loios.

Ossos, sofre constantemente obras de manutenção e conservação, além de ser objeto de estudos aprofundados no que respeita ao seu comportamento estrutural e físico. Ex-libris da cidade, a memória coletiva já apagou as suas funções conventuais para a perceber como um templo isolado, fora do contexto primitivo. Recentemente intervêm-se no claustro, com objetivo de estabelecer uma entrada direta para a visita da Capela dos Ossos e instala-se num novo a imagem do Senhor dos Passos. Neste momento está em curso um projeto de intervenção de reforço estrutural de todo o imóvel, e ampliação, com mais um piso, do corpo lateral, onde se pretende instalar um núcleo expositivo de arte sacra e a musealização de vestígios de antigas celas conventuais, com pinturas murais, encontradas nos entre forros, com proposta, no entanto, de demolição de parte destas mesmas estruturas. A antiga cerca encontra-se ocupada pelo jardim público, mercado, e um polo universitário, que adaptou as suas instalações a partir do quartel preexistente.

São Bento: sucessivamente ocupado e alterado, é entregue ao Governo Civil, em 1940, iniciando-se em 1957 a sua adaptação a Casa Pia Masculina; após a saída desta instituição é vandalizado algumas vezes, com roubos pontuais (um sino, painéis de azulejos, mobiliário, etc.), e sofre ocupações ilegais de alguns espaços, sendo entregue à tutela da Direção Regional do Alentejo em 2008. Desde esta data recuperam-se as coberturas, caíam-se e ocupam-se alguns espaços, realizando-se, de tempos a tempos, atividades de índole cultural. Com um recente projeto de instalação do Museu da Música, não concretizado por falta de meios, é urgente que se defina uma utilização do conjunto, de forma a preservar a sua identidade e mais-valia patrimonial.

Zona de **São Domingos:** o espaço livre da cerca é totalmente construído na última década, com edifícios de habitação e espaços comerciais e atravessada por uma nova artéria. Desta intervenção destaca-se os trabalhos arqueológicos aí efetuados, a requalificação do claustro primitivo e a desobstrução de alguns vestígios arquitetónicos interessantes.

Santa Mónica: O conjunto atravessa várias vicissitudes até ser reconstruído para utilização como Magistério

Primário em 1942 e encontra-se ocupado por uma escola primária e serviços da Universidade de Évora. O piso térreo, ocupado pela primeira, tem sofrido alterações que desvirtuam o espaço sem no entanto o degradar, tais como a colocação de tetos falsos, divisórias em estrutura de alumínio e “pladur” e o encerramento, com caixilharias do mesmo material, das arcarias, que dificultam a leitura global e desvalorizam os vestígios conventuais existentes. Na cerca da mesma encontra-se em construção de um ginásio e acesso à escola e na sua periferia edificou-se um loteamento, cuja construção se encontra suspensa e que se encontra num estado lamentável.

Após o encerramento de **Santa Clara** a igreja, entregue à Arquidiocese, é destacada do restante conjunto, ocupado por um quartel de 1911 a 1936, data em que sofre uma derrocada. Remodelado em 1951 para nele instalar uma Escola Comercial e Industrial, hoje EB23 de Santa Clara, alteram-se e reconstruem-se vários corpos, sendo a sua imagem, sobretudo na ligação com o exterior, muito modificada². A igreja e coro baixo são intervencionados no início do século XXI, para albergar um núcleo do Museu de Évora, entretanto em obras, recuperando-se alguns elementos do seu interior. Há alguns anos encontra-se devoluta, com necessidade urgente de um programa de ocupação que dignifique este espaço, de grande valia patrimonial.

O **Espinheiro** sofre algumas intervenções ao longo deste século, sem alterar o conjunto edificado assim como o seu espaço envolvente. A remodelação, com base num projeto de arquitetura e conservação e restauro de qualidade, ambos acompanhados pelo então IPPAR, é alterado num curto espaço de tempo em obra, ocorrendo intervenções que delapidaram e o espaço da cisterna, (com a abertura de uma porta que removeu uma fonte quinhentista / espaço de fresco do século XV), sendo destruídos sistemas hidráulicos, revestimentos azulejares do refeitório além de outras intervenções pouco criteriosas do ponto de vista técnico, tais como o “restauro” do interior da igreja, onde as talhas, telas e outros elementos são repintados, e destruídas pinturas murais, no piso superior do claustro, postas a descoberto no decorrer da obra. Também o espaço envolvente, marcada pela presença de blocos graníticos e uma forte ruralidade é totalmente remodelado, devido à necessidade de

2. Restam levantamentos arquitetónicos antes da intervenção que permitem a leitura mais precisa deste conjunto.

instalação de infraestruturas, piscina, estacionamento e outros serviços afins, e encontra irremediavelmente destruído.

Em 1917 a zona conventual dos **Lóios** entra na posse do Estado, e sofre ocupações diversas até ser adaptada a Pousada de Portugal em 1965, sendo um dos edifícios mais bem preservados do conjunto analisado. No entanto, a intervenção realizada, sobretudo na instalação de infraestruturas para os quartos e construção das cozinhas e economato, em cave sobre o pátio, destroem certamente parte da estrutura primitiva. De salientar também a introdução de “elementos patrimoniais”, tais como o tramo do lavabo do claustro, documentados por fotografias da então DGEM. Recentemente a zona do refeitório e antigas cozinhas é alterada, para instalação de um novo quarto, o que inibe parcialmente a leitura do seu anterior funcionamento.

No espaço do **Paraíso** é construído um centro de assistência médica, hoje ocupado por serviços administrativos do Ministério da Saúde e, sendo o restante espaço ajardinado. No entanto, algumas peças de grande valor são inseridas no espaço denominado “Sala Dr. Mário Chicó” no Museu de Évora e na sede da Direção Regional da Cultura encontram-se revestimentos azulejares e talhais reaproveitadas certamente quando da sua demolição.

A zona de **Santa Catarina**, ocupada inicialmente por instalações industriais e um cinema ao ar livre, é alvo de uma operação urbanística nos anos oitenta, com a construção de um imóvel de habitação, serviços e estacionamento subterrâneo, cuja implantação corresponde, *grosso modo*, à do espaço conventual.

O Convento da **Graça** encontra-se praticamente em ruínas quando é intervencionado, sobretudo a nível da Igreja e das alas poente, e é adaptado, entre 1965 e 1974 a Messe de Oficiais, implicando a necessidade de novos equipamentos, entre os quais instalações sanitárias e cozinhas, que alteram antigos espaços, alvenarias e estruturas existentes. No entanto é um conjunto que mantém uma certa unidade, apresentando contudo a fachada da igreja necessidade urgente de obras de conservação.

O edifício de **Valverde** passa definitivamente para domínio do Estado em 1911 encontrando-se atualmente a Igreja aberta ao culto e o espaço conventual ocupado

como residência de apoio à Reitoria da Universidade e mantém uma forte relação com a envolvente, não alterada devido sobretudo à sua localização e à manutenção da cerca original. Há cerca de dez anos a igreja foi alvo de uma intervenção a nível de coberturas e interiores, sendo postas a descoberto fragmentos de pinturas murais.

O convento dos **Remédios** mantém a cerca original, adaptada desde finais do século XIX a cemitério público, tendo sido instalada na sua entrada principal um portal proveniente de São Domingos. Em 2002/2003 encontra-se em péssimo estado de conservação, com o piso térreo parcialmente devoluto, salvo numa área, onde uma escola de música ocupa alguns espaços, nomeadamente a sacristia, portaria e igreja. Nos anos noventa, uma intervenção substituiu toda a cobertura por uma estrutura em betão armado, altamente prejudicial, do ponto de vista estrutural. Nas obras de intervenção, mais recentes, para instalação de serviços da autarquia, tomam-se decisões projetuais, das quais as Entidades da Tutela discordam, tais como a remoção de altares originais do claustro ou a eliminação da zona da portaria, opções estas que não se compreendem numa intervenção atual.

O **Calvário** mantém um pouco da sua aparência original, por nunca ter sido interrompida a sua ocupação. Devoluto desde o início deste século, é atualmente ocupado por diversas entidades ligadas à Arquidiocese. Apresenta condições de conservação e manutenção muito precárias, com adaptações e intervenções realizadas de forma incorreta ao longo das décadas, com materiais de pouca qualidade e sem qualquer tipo de supervisão da parte da Tutela. Após a recente ocupação, que valoriza, por exemplo, a antiga sala do Capítulo, verificou-se, em visita em 2012, que desapareceram do espaço, pertença do Estado, objetos diversos tais como uma roda ou tela existente no refeitório. De salientar que nesta data ainda se encontrava o coro alto, em condições precárias, com todo o mobiliário e altares da época do seu funcionamento como casa monástica.

Santo António é de tal modo alterado pela adaptação a quinta de recreio, em finais do século XIX e posteriormente a Seminário e Casa Sacerdotal, que praticamente não permite a leitura do seu espaço e da sua evolução construtiva, mantendo-se no entanto o espaço da cerca, onde subsiste uma quinta de recreio, confinada e integrada no Forte do mesmo nome.

A demolição do convento do **Salvador** data de 1947, e permite a abertura de uma nova artéria, a construção do edifício dos Correios, além da desobstrução do Aqueduto na Rua do Salvador e a intervenção na Porta Romana de Santa Isabel. Restam do conjunto a torre, a igreja e uma ala do claustro. Ocupado desde os anos sessenta pela Direção Regional dos Monumentos e Edifícios do Sul, é entregue à tutela da Direção Regional de Cultura do Alentejo quando da extinção da DGEM. Parcialmente cedida, por protocolo, à Arquidiocese de Évora, para nele instalar o arquivo diocesano, sofre obras de manutenção e de conservação e restauro, no património integrado da sacristia, coro baixo e igreja. Esta última funciona como espaço expositivo e atividades culturais, da responsabilidade da DRCALEN, com zona de receção e loja, encontrando-se o restante edifício desocupado desde o final da obra. De salientar, no coro baixo, a remoção de elementos importantes, tais como portadas em madeira na zona da grade e portas de ligação à igreja durante a referida intervenção.

O Convento da **Cartuxa** apresenta uma notável imagem de conjunto e é fruto de uma reconstrução quase integral em meados do século XX, por iniciativa de Vasco Maria Eugénio de Almeida, para aí instalar uma comunidade monástica em 1960. Esta intervenção respeita, por vontade do proprietário, integralmente o existente, e baseia-se em um levantamento datado de finais do século XIX e nas regras da arquitetura e ocupação de espaços cartusianas.

Do convento das **Mercês** resta somente a igreja, classificada e adaptada Núcleo de Artes Decorativas do Museu Regional em 1956. Uma parte da cerca é ocupada pela primeira praça de toros de Évora, espaços desportivos e instalações industriais, que se estendem ao piso térreo de todo o espaço monástico. Há cerca de uma década realiza-se uma intervenção no que resta do edifício conventual, tendo nele sidos instalados habitações, comércio e serviços e recentemente inaugura um estabelecimento hoteleiro na zona da cerca, que causa danos estruturais na igreja e fachada principal, ocupada como reserva do Museu de Évora.

O Convento **Novo** é ocupado por atividades assistenciais desde o seu encerramento; ocupado durante décadas

pela Casa Pia Feminina, o conjunto é bem preservado e cuidado, com intervenções criteriosas por parte da DREMS. A igreja mantém-se intacta, com coro alto e baixo³ e património integrado de grande valor patrimonial. Ocupado atualmente por uma instituição de acolhimento de menores, desconhece-se o estado do seu interior, mas temendo-se pela sua preservação.

A Igreja do **Carmo** torna-se sede da Paróquia da Sé a partir de 1934 e o edifício conventual é cedido, desde 1914, como Paço Episcopal; posteriormente ocupado por um polo da Universidade de Évora, encontra-se neste momento devoluto, e pelo seu aspeto exterior, em degradação progressiva. A igreja, apresenta-se em bom de conservação e tem sido objeto de intervenções recentes, nomeadamente a recuperação do pavimento do átrio de entrada e de algum património integrado, realizadas estas de forma pouco criteriosa, embora o relatório prévio da primeira ser de grande qualidade técnica. Local de eleição dos Eborenses no que respeita à vida litúrgica e religiosa, desaparece da memória coletiva como igreja conventual, e embora mantenha o corpo contíguo, com uma separação exterior e acesso diferenciado, não é identificado como parte de um mesmo conjunto.

Da globalidade desta análise conclui-se que a grande riqueza destes espaços é a sua extrema diversidade, que importa valorizar no seu conjunto, de forma a permitir uma leitura global destes importante património no seu conjunto e um maior cuidado nas intervenções que aí se realizam, necessárias ao seu funcionamento e novas valências que aí se pretendem e devem instalar.

Embora se refiram pontualmente elementos decorativos e ornamentais esta comunicação não analisa este aspeto que, no entanto, se considera relevante e que seria um ponto a aprofundar em futuros trabalhos, assim como o estabelecimento de relações entre edifícios da mesma ordem (S. Bento e Bernardas de Portalegre ou Santa Clara de Santarém e de Évora), de ordens distintas (Cardais e Calvário, onde surgem elementos decorativos similares), ou entre ordens idênticas mais de sexos diferentes (Remédios e Convento Novo).

3. A maioria dos autores consultados refere o coro baixo como sala do capítulo, o que na opinião da autora não é uma correta interpretação do conjunto existente.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Histórico da Câmara de Évora (AHCME), *Anteprojecto de embelezamento da Praça D. Pedro nesta cidade*, 1893, Planta geral da Praça de Sertório 1893, AM, *Calçadas e macdames*, 35, pasta 2.

AHCME, *Planta anteprojecto Palácio Justiça 1874*, AM, Estudos Diversos, 001.

AHCME, *Arruamentos em Évora, Alargamento da Rua do Salvador e Demolição dos prédios anexos à igreja do Salvador*, AMEVR/M/B/03/Pt.008.

AHCME, *Convento de Santa Catarina, Demolições, Memória descritiva*, AMEVR/M/A/06/Pt.024.

AHCME, *Jardins públicos de Évora Paraíso, Diana e Largo de Avis*, AMEVR/M/A/05/Pt002, *Planta do Paraíso*, 5 de Fevereiro de 1907.

AHCME, *Projecto de Remodelação de edifício na Praça Joaquim António de Aguiar*, 20

AHCME, *Processo n.º 747 – Edifício dos correios*.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Situação dos Edifícios e Institutos religiosos ao serviço do estado, e das corporações*, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, (AHMF) 1941, Volume I – Conventos de Freiras, Volume II – Conventos de Frades.

ANNT, AHMF, *Convento de São Francisco*, n.º 142, cx. 2214, cp. 1.

ANNT, AHMF, *Convento de São Bento de Cástris*, cx. 1927, cp. 2.

ANNT, AHMF, *Convento de São Domingos ou da Transfiguração*, n.º 149, cx. 2214, cp. 1.

ANNT, AHMF, *Convento de Santa Clara*, cx. 1924, cp. 2.

ANNT, AHMF, *Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro*, n.º 140, cx. 2213, cp. 7.

ANNT, AHMF, *Convento do Paraíso*, cx. 1916, cp. 2, IV / I / 10 (23).

ANNT, AHMF, *Convento de Nossa Senhora dos Remédios*, n.º 151, cx. 2214, cp. 10.

ANNT, AHMF, *Convento de Santa Helena do Monte Calvário*, cx. 1921, cp. 1.

ANNT, AHMF, *Convento de Bom Jesus de Valverde*, n.º 144, cx. 2214, cp. 3.

ANNT, AHMF, *Convento de Santo António da Piedade*, n.º 143, cx. 2214, cp. 2.

ANNT, AHMF, *Convento de Scala Coeli (Cartuxa)*, cx. 2213, cp. 8.

ANNT, AHMF, *Convento de Nossa Senhora das Mercês*, n.º 148, cx. 2214, cp. 7.

ANNT, AHMF, *Convento de São José*, cx. 1930, cp. 2.

ANNT, AHMF, *Convento do Carmo*, n.º 150, cx. 2214, cp. 7.

BIBLIOGRAFIA

BARATA, António Francisco – *Breve Notícia do Mosteiro de Santa Helena do Monte Calvário*. Évora: Minerva Eborensis, 1899.

BEIRANTE, Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Fundação Gulbenkian, 1995.

CAEIRO, Elsa – «Os conventos do Termo de Évora, Contributos para a história urbana da cidade». *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora. II série, n.º 7 (2007-2008) 283-318.

____ – *Os Conventos do termo de Évora*. Tese de doutoramento em Arquitetura, Universidade de Sevilha, 2006 [policopiado].

ESPANCA, Túlio – «Fundação e notas histórico-artísticas sobre o Antigo Paço dos Duques de Bragança em Miscelânea Histórico-Artística». *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora. N.º 31-32, (1953) p. 157-161.

____ – «História da Casa Cadaval, III Parte, Igreja e Convento de São João Evangelista (Lóios)». *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora. N.º 43-44 (1960-1961) p. 119-142.

____ – *Inventário Artístico de Portugal, Concelho de Évora*. Lisboa: Academia de Belas Artes, 1966.

____ – «Planta do piso principal do Convento de Nossa Senhora dos Remédios». *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora. N.º 63-64 (1980-1981) p. 208.

FERNANDES, Maria da Conceição Lopes Aleixo – *Os restauros e a memória da cidade de Évora (1836- 1986)*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1988 [policopiado].

GASPAR, Jorge – «Os espaços conventuais e o metabolismo da cidade». *Actas do Colóquio Conversas à volta dos conventos*. Évora: Casa do Sul Editora, 2002, p. 87-94.

Inventário do Património Arquitectónico, DGEMN/IHRU. Disponível em [www: monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

PEREIRA, Sara – «O restauro da Cartuxa de Évora pelos Condes de Vilalva 1942-1960». Separata da revista *Eborensis*. Évora: Instituto Superior de Teologia de Évora. A. 15 n.º 29 (2002).

PÉREZ CANO, Maria Teresa y MOSQUERA ADEL – Eduardo, *Arquitectura en los Conventos de Sevilla, una aproximación patrimonial a las clausuras*. Sevilla: Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Junta de Andalucía, 1991.

PÉREZ CANO, Maria Teresa – *Patrimonio y Ciudad, El sistema de los conventos de clausura en el centro histórico de Sevilla*. Sevilla, Fundación Fondo de Cultura de Sevilla, Universidade de Sevilha, Secretariado de Publicaciones, 2000.

Riscos de um século, Memória da evolução urbana de Évora [Catálogo de exposição]. Évora: Évora Câmara Municipal de Évora, 2001.

SILVA, António Martins da – *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na 2.ª metade do século XIX*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989 [policopiado].